



Crime de terrorismo poderá ser punido com pena de até 30 anos

Projeto que define o que são atos terroristas foi aprovado pelo Plenário e retornará à Câmara. Alguns senadores recebiam enquadramento de movimentos sociais

O substitutivo do senador Aloysio Nunes Ferreira tipifica o crime de terrorismo como o que atenta contra pessoa “mediante violência ou grave ameaça, motivado por extremismo político, intolerância religiosa ou preconceito racial, étnico, de gênero ou xenófobo,

com objetivo de provocar pânico generalizado”. A pena prevista é de 16 a 24 anos de reclusão em regime fechado. E se o crime resultar em morte, de 24 a 30 anos. Mudança feita no texto original provocou a reação de alguns senadores, que recebiam a criminalização de movimentos sociais. **12**

Proposta, que passou em Plenário com 38 votos favoráveis e 18 contrários, será enviada para nova análise dos deputados



Ano Voipe/Agência Senado

Genildo Magela/Agência Senado



Vai a Plenário redução no número de comissionados

A PEC que reduz o número de cargos de livre nomeação pelo gestor público em todas as esferas de governo foi aprovada ontem na Comissão de Constituição e Justiça. A

proposta exige processo seletivo público para preenchimento das vagas comissionadas. A iniciativa, de Aécio Neves, deve ter calendário especial de votação em Plenário. **5**

Benedito de Lira; Alvaro Dias, relator da PEC; Ronaldo Caiado; e o autor, Aécio Neves, durante a reunião de ontem na CCJ

Propostas que atualizam Código do Consumidor vão à Câmara **12**

Comissão aprova incentivo a jovem empreendedor no meio rural **7**

Visto será dispensado nas Olimpíadas **12**

Cartel não afetou taxas de câmbio, diz BC **3**

Médicos divergem sobre idade para mamografia **4**

Caso do cério 137 é lembrado em seminário **8**

Projeto altera acordos de leniência

Foi aprovado, em decisão final na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, projeto prevendo que o Ministério Público passe a acompanhar, desde o início, os acordos de leniência celebrados por órgãos públicos com empresas que praticam atos ilícitos, a fim

de atenuar sanções administrativas. A proposta também amplia os efeitos dos acordos — previstos na Lei Anticorrupção e hoje restritos à esfera administrativa — para incluir a ação penal. O projeto, de Ricardo Ferraço, segue agora para a análise dos deputados. **10**



Texto foi aprovado na forma de substitutivo de Randolfe Rodrigues

CMO critica prazo de 45 dias na defesa de Dilma

Líderes da Comissão Mista de Orçamento entregaram ao presidente do Senado um requerimento cobrando envio urgente do parecer do TCU que recomenda rejeição das contas presidenciais de 2014. **3**



A senadora Rose de Freitas coordena reunião de líderes do colegiado misto

Leopoldo Silva/Agência Senado

Negociação no setor público recebe apoio **5**

Proposta permite a idoso trocar de sessão eleitoral **6**

Deve ser adiada cadeirinha em veículo escolar **9**

Programa pretende evitar demissões em tempos de crise

Segue para sanção o Programa de Proteção ao Emprego, aprovado ontem em Plenário. Empresas em dificuldade financeira poderão reduzir remuneração e jornada de trabalho em até 30% para não haver demissões sem justa causa. Prazo para adesão de empresas ao programa vai até 31 de dezembro. **12**

Jonas Pereira/Agência Senado



Renan vai reunir a Mesa do Senado para decidir sobre ocupações como a promovida pelo Movimento Brasil Livre

Senado busca evitar conflito em frente ao Congresso

Acampamento do Movimento Brasil Livre, que defende o impeachment da presidente Dilma, e presença de integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto levou preocupação ao Plenário ontem

A INSTALAÇÃO DE um acampamento do Movimento Brasil Livre (MBL) no gramado em frente ao Congresso, o desentendimento entre os manifestantes e o líder do PT na Câmara, deputado Sibá Machado (AC), e a chegada ao local de integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) levaram os senadores a temer tumultos no local ontem.

Ronaldo Caiado (DEM-GO) pediu providências ao presidente do Senado, Renan Calheiros, para evitar um possível conflito. O senador disse que jovens integrantes do Movimento Brasil Livre conseguiram autorização do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, para instalar um acampamento em frente ao Congresso. Eles pedem o afastamento da presidente da República, Dilma Rousseff.

O senador lembrou que, na terça-feira, houve um conflito entre os manifestantes e o deputado Sibá Machado. Segundo Caiado, Sibá teria dito que iria “juntar gente” e que iria “para o pau” com os manifestantes, a quem teria chamado de “vagabundos”.

Ontem, relatou o senador, integrantes do MTST se apresentaram no mesmo local onde estão instaladas as tendas do MBL.

— Esse movimento, dizem,

é coordenado pelo deputado Sibá e já iniciou um conflito com os jovens do Brasil Livre — afirmou o senador, pedindo que a Polícia Militar seja convocada para garantir a manifestação dos MBL e para evitar o conflito.

Decisão

Em resposta a Ronaldo Caiado, Renan Calheiros disse que há um ato que autoriza a ocupação dos espaços do Congresso apenas a partir da decisão concomitante dos presidentes da Câmara e do Senado.

Renan registrou que não houve “a formal autorização” do presidente da Câmara nem do presidente do Senado. Ele ainda manifestou temor de incidentes “de toda ordem”.

— Vamos reunir a Mesa do Senado e tomar a decisão em relação à ocupação daqueles espaços — anunciou.

De acordo com Renan, “o democrático é que esses cidadãos fiquem ao longo da Esplanada e não se alojando do lado de cá”. O presidente do Senado disse que não se justifica que outros grupos venham a ocupar o mesmo espaço e provocar conflitos.

O senador Humberto Costa (PT-PE) disse ser contra qualquer violência, mas ressaltou ser preciso respeitar a lei. Ele citou um ato que “veda a edi-

cação de tendas ou similares no gramado em frente ao Congresso Nacional”. Assim, disse o senador, nem mesmo com uma autorização da Câmara ou do Senado poderia haver um acampamento no local.

— O que eu gostaria de pedir é o cumprimento desse ato, sem violência alguma. Mas não é possível continuar esse acampamento ali, em frente ao Congresso Nacional.

O senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) disse que a manifestação de Sibá Machado demonstra o clima de intolerância do PT, que pede o “cumprimento da lei” apenas contra seus adversários. Cássio afirmou que é preciso conviver com a democracia.

O senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) disse que a declaração de Sibá é uma “verdadeira incitação à violência”. Aloysio ponderou que há um risco sério de enfrentamento e pediu uma providência imediata.

Já o senador Donizeti Nogueira (PT-TO) disse que o MTST está no Congresso “por conta de outra pauta” e não em razão de um possível enfrentamento ou por convocação de Sibá. Ele negou a incitação da violência por Sibá e afirmou que parlamentares petistas é que têm sido alvo de manifestações de intolerância pelo país.

Vetada regulamentação da profissão de designer

A presidente Dilma Rousseff vetou projeto que regulamenta a profissão de designer (PLC 24/2013). A mensagem com a decisão foi publicada ontem no *Diário Oficial da União*.

O projeto, do ex-deputado Penna (PV-SP), aprovado pelo Congresso Nacional no fim de setembro, restringe o registro

como designer a pessoas com curso superior em áreas como comunicação visual e desenho industrial, ou que tenham exercido a profissão por mais de três anos até a eventual publicação do texto como lei.

De acordo com a mensagem de veto, no entanto, a imposição de restrições ao livre exer-

cício de qualquer profissão só pode ocorrer quando houver a possibilidade de dano à sociedade.

O veto segue para exame do Congresso Nacional. Para que seja derrubado, são necessários os votos de pelo menos 257 deputados e 41 senadores.

Humberto lembra aniversário de Lula destacando realizações do petista

O aniversário de 70 anos do ex-presidente Lula foi saudado ontem pelo líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE). Para ele, o ex-presidente é um dos maiores brasileiros de todos os tempos.

— Com Lula, chegamos ao futuro — disse o senador,



ao afirmar que Lula promoveu uma verdadeira revolução.

Humberto destacou realizações do governo Lula, como o aumento do PIB, Programa Bolsa Família, criação de 20 milhões de empregos formais e abertura de 214 escolas técnicas e 18 universidades.

Fátima Bezerra ressalta trajetória e saúda ex-presidente pelos 70 anos

Fátima Bezerra (PT-RN) prestou homenagem ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que completou 70 anos. A senadora disse que a trajetória de Lula é importante para petistas e para uma legião de admiradores e amigos do ex-presidente.

De acordo com Fátima, a vida do ex-presidente repre-

senta uma série de conquistas para o povo brasileiro.

— Lula é um exemplo de vida. É uma história que inspira a todos — afirmou a senadora.

Fátima Bezerra acrescentou que o ex-presidente sempre lutou em favor do povo e na defesa da população mais vulnerável.



Marcos Oliveira/Agência Senado

A CRA recebeu ontem o presidente da Comissão de Agricultura da Assembleia do Irã, Abas Rajaei, e o embaixador Mohammad Ghanezadeh. Aumentar o comércio bilateral é uma das metas da visita.

CORREÇÃO

Diferentemente do informado na pág. 4 de ontem, a audiência da Comissão de Educação com o ministro Aloizio Mercadante foi requerida por Ana Amélia (PP-RS). Raimundo Lira (PMDB-PB) propôs o tema “Regulamentação dos jogos de azar”.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- CRA Álcool e biocombustíveis**
8h A comissão analisa o PLS 25/2011, que determina a criação do Programa de Microdestilarias de Álcool e Biocombustíveis, e mais 4 itens.
- CCT/CAS Droga contra o câncer**
9h As comissões fazem audiência pública interativa para discutir a fosfoetanolamina, que teria efeito contra o câncer.
- CPI DO CARF Depoimentos**
9h A CPI do Carf ouve o ex-conselheiro João Batista Gruginski e o CEO da Huawei do Brasil, Jason Zhao. Logo depois, a comissão analisa requerimentos.
- MP 688 Risco hidrológico**
9h30 A comissão responsável pela medida provisória, que divide o risco hidrológico entre hidrelétricas e consumidores, aprecia relatório.
- CRE Acordo Transpacífico**
10h A comissão promove audiência interativa sobre os efeitos do Acordo Transpacífico.

- CÓDIGO DO DESPORTO Instalação**
10h Solenidade de instalação da comissão de juristas responsável pela elaboração de anteprojeto de Código Brasileiro do Desporto.
- CMMC Matriz energética**
10h A comissão realiza audiência interativa sobre a matriz energética brasileira.
- PRESIDÊNCIA Ordem do dia**
10h Renan Calheiros participa da instalação da comissão de juristas da Lei Geral do Desporto Brasileiro. Às 11h, sessão especial para entrega do Prêmio Jornalista Roberto Marinho de Mérito Jornalístico. Às 16h, preside a ordem do dia.
- SESSÃO ESPECIAL Roberto Marinho**
11h Sessão especial para entrega do Prêmio Jornalista Roberto Marinho de Mérito Jornalístico.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**
14h Na pauta, o PLV 19/2015, sobre a gestão do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, **audiência pública da Comissão de Relações Exteriores**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Prazo de 45 dias dado para apresentação de defesa pela Presidência da República deveria ser decidido pela Comissão Mista de Orçamento, segundo líderes do colegiado

Comissão pede parecer sobre contas de Dilma

A PRESIDENTE DA Comissão Mista de Orçamento (CMO), senadora Rose de Freitas (PMDB-ES), entregou ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, requerimento assinado pelo Colégio de Líderes da CMO solicitando que seja encaminhado com urgência ao colegiado o parecer do Tribunal de Contas da União (TCU) que recomendou a rejeição das contas presidenciais de 2014.

Em Plenário, Renan reiterou o prazo de até 45 dias, anunciado na semana passada, para a presidente Dilma Rousseff apresentar o contraditório sobre o parecer do TCU. Somente após o contraditório é que as contas serão remetidas à Comissão de Orçamento.

— Se o governo quiser aproveitar para fazer valer o direito de defesa, ele usa o prazo — disse o presidente do Senado.

A decisão de Renan foi muito criticada na reunião de ontem

do Colégio de Líderes da CMO, que aprovou o requerimento assinado por todos os parlamentares pedindo o envio do parecer. O requerimento foi proposto pelo coordenador da bancada do PSDB, deputado Domingos Sávio (MG). Ele disse que a Constituição determina que cabe exclusivamente à CMO analisar as contas presidenciais. Por isso, o prazo, na visão dele, deve ser concedido durante a tramitação no colegiado.

— Isso é grave em relação ao país e é gravíssimo em relação a este colegiado. Nós temos uma atribuição constitucional. Ele está tomando para si uma tarefa que não é dele. A função dele é despachar para a comissão — criticou Domingos Sávio.

Rose ressaltou que o governo não pediu prazo de 45 dias.

— Acredito que o presidente do Senado não tenha feito de maneira a desrespeitar a



Rose de Freitas coordena reunião de líderes da Comissão Mista de Orçamento que decidiu apresentar requerimento a Renan

comissão, mas para ajudar o Executivo a ter um espaço para defesa. Porém, prejudicou o trabalho da comissão.

A presidente da CMO acrescentou que a decisão de Renan foi inédita, pois os regimentos do Congresso determinam que as contas devem ser remetidas

diretamente para a Comissão Mista de Orçamento, que administrará todos os prazos.

O deputado Hildo Rocha (MA), da bancada do PMDB, chegou a propor a judicialização da questão, caso Renan não atenda ao requerimento.

— Ele não agiu como presi-

dente do Congresso, e sim do Senado, porque desrespeitou esta comissão — afirmou.

O deputado Edmar Arruda (PSC-PR) disse que fica para a sociedade a sensação de que todos os parlamentares são “vaquinha de presépio”.

(Com Agência Câmara)

Segundo Banco Central, ação de cartel não afetou câmbio

A taxa cambial no Brasil não foi afetada pelo cartel formado por bancos estrangeiros que está sob a investigação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). A afirmação é do diretor de Política Monetária do Banco Central, Aldo Luiz Mendes, que participou ontem de uma audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Segundo Mendes, o modelo de fixação da taxa cambial no Brasil, regulado pelo Banco Central, impediu a manipulação do mercado de câmbio no país.

O diretor do BC foi um dos convidados da comissão para discutir as denúncias de formação de cartel para manipulação das taxas de câmbio envolvendo o real e moedas estrangeiras. As práticas anticompetitivas teriam sido realizadas por bancos e instituições estrangeiras por meio de chats da plataforma Bloomberg e mensagens de texto entre 2007 e 2013.

A investigação do Cade começou em julho, a partir de um acordo de leniência firmado entre o órgão e uma parte envolvida no esquema. As condutas anticompetitivas teriam comprometido a concorrência no mercado financeiro, prejudicando as condições e os preços pagos pelos clientes nas operações de câmbio, de forma a aumentar os lucros das empresas representadas, além de distorcer os índices de referência do mercado cambial.



Raimundo Lira (C) conduz a audiência pública com representantes do BC, do Cade e da Febraban

Autor do requerimento para realização da audiência, Ricardo Ferraço (PMDB-ES) questionou a afirmação do diretor do Banco Central. O senador ponderou que a investigação do esquema nos EUA e no Reino Unido comprovou a existência de manipulação da taxa de câmbio nesses países.

— Se isso aconteceu lá, é possível que aconteça aqui. Nenhum de nós pode afirmar com certeza, porque existe uma investigação em curso e seria precipitado lidarmos com esse tema — alertou.

Ferraço citou a nota técnica divulgada pelo Cade sobre o caso, que reconhece indícios da “prática de condutas anticompetitivas consistentes na manipulação de taxas de câmbio”.

Mendes reforçou que o modelo ado-

tado de variação da taxa de câmbio no país é bem diferente dos modelos internacionais, em que a fixação da taxa fica à mercê do próprio mercado. No Brasil, disse, a taxa passa pelo controle do Banco Central.

Mercado pulverizado

A tese de Mendes foi corroborada pelo vice-presidente-executivo da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Alvir Alberto Hoffmann. Ele destacou que a taxa de câmbio no país é apurada e divulgada pelo Banco Central a partir das informações que recebe do mercado financeiro. Nesse mercado, afirmou, atuam hoje mais de 180 instituições financeiras e mais de 25 agências de turismo.

— O mercado é pulverizado e cresceu de forma expressiva no período recente. O volume diário é expressivo, o que torna praticamente impossível sua manipulação — opinou, acrescentando que todas as operações são submetidas às regras de prevenção à lavagem de dinheiro.

O superintendente-geral do Cade, Eduardo Frade, explicou que, como as investigações estão em fase inicial, ainda não é possível afirmar se houve ou não interferência do cartel na definição das taxas de câmbio. Ele confirmou as evidências de que os investigados fixavam níveis de preços de compra e venda de moedas (*spread* cambial), coordenavam propostas de preços para clientes, trocavam informações internas, além de dificultar a atuação de outros operadores no mercado.

Ele ressaltou, entretanto, que, para o conselho, as consequências da ação do cartel não são o mais importante. O fato de ter havido combinação entre os bancos em prejuízo dos clientes já é suficiente para que a investigação identifique os culpados e os puna.

Vice-presidente da CAE, Raimundo Lira (PMDB-PB) afirmou que a comissão vai continuar acompanhando os desdobramentos da investigação do Cade. José Medeiros (PPS-MT) também esteve presente na audiência.

Entidades querem que texto inclua terceirização no setor público

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem os presidentes da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade; da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), João Martins da Silva Junior; da Confederação Nacional das Cooperativas (CNCoop), Márcio Lopes de Freitas; e o deputado federal Laercio Oliveira (SD-SE), que é vice-presidente

da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

Os representantes das confederações pediram que os senadores aprovem logo o PLC 30/2015, que regulamenta a terceirização. Eles defendem que a futura lei também trate do setor público, e não só da iniciativa privada, como prevê o texto aprovado na Câmara.

— A terceirização é um fator impor-

tantíssimo não só neste momento da economia, que se agrava, mas também de maneira geral porque as empresas precisam ter legislações que lhes deem segurança jurídica — disse Andrade.

O presidente da CNI lembrou que as empresas demitiram 1,2 milhão de trabalhadores nos últimos meses — número que, segundo ele, deve aumentar.

O PLC 30/2015 aguarda votação na

Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional e está sob a relatoria de Paulo Paim (PT-RS). O relator-geral da comissão, Blairo Maggi (PR-MT), participou da reunião na Presidência do Senado e se comprometeu a conversar com Paim para agilizar a apreciação.

Renan anunciou que vai reunir os líderes para construir um consenso e elaborar um cronograma de votação.

Em audiência sobre prevenção ao câncer de mama, Ministério da Saúde defendeu exame a partir dos 50 anos, mas Sociedade de Mastologia quer rastreamento mais cedo

Idade certa para mamografia divide opiniões

A POLÊMICA EM torno da idade certa para que as mulheres comecem a fazer os exames de rastreamento para a prevenção do câncer de mama ganhou atenção durante audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), ontem. As posições divergiram entre a defesa da portaria do Ministério da Saúde que restringe a mamografia anual às mulheres acima dos 50 anos, a não ser em casos específicos, e a posição de que o procedimento deve ser feito regularmente a partir dos 40 anos.

A audiência teve por finalidade discutir estratégias mais eficazes de prevenção e controle do câncer de colo do útero e do câncer de mama no país. Foi sugerida, entre outros parlamentares, pelas senadoras Ana Amélia (PP-RS) e Ângela Portela (PT-RR), como parte das atividades relacionadas ao Outubro Rosa, campanha de conscientização para alertar as mulheres e a sociedade sobre a importância da prevenção do câncer de mama. Ângela coordenou o debate.

A médica Maria Inez Pordeus Gadelha, representante do Ministério da Saúde, disse que a portaria não conflita com a lei que instituiu o exame como medida de rastreamento do câncer de mama a partir dos 40 anos (Lei 11.664/2008). Segundo ela, a lei trata da garantia de acesso à mamografia bilateral anual para as mulheres de grupos de risco, como as que possuem casos frequentes de câncer no histórico familiar.

Já a portaria, afirma, refere-se ao programa de rastreamento geral do câncer de mama na população feminina, e não de grupos de risco. Segundo ela,

diferentes países já demonstraram que o mais adequado é adotar a faixa etária a partir de 50 anos, marco médio do início da menopausa:

— Um dos resultados obtidos é que, em mamografia para mulheres abaixo dos 50, os benefícios não superam os riscos. Faz mais mal do que bem.

Eficácia questionada

Maria Inez disse que, em mulheres mais jovens, o tecido mamário é denso, o que reduz a eficácia da mamografia. Porém, a partir dos 50, o tecido é substituído por gordura e a visualização de um nódulo ou tumor se torna mais clara.

Quanto à mulher em grupo de risco, ela afirma que a portaria não implica qualquer restrição de acesso ao exame. Nessa situação, afirmou, as mulheres já devem estar contando com o apoio de sistema de vigilância aprofundada e contínua. O médico, sempre que julgar necessário, deve fazer a indicação da mamografia.

José Luiz Pedrini, da Sociedade Brasileira de Mastologia, apresentou outro lado da questão. Pelos dados que exibiu, o risco de uma mulher na faixa de 40 anos ter câncer de mama, em 10 anos, é de 1 para 69. Aos 50 anos, salta para 1 para cada 42, e chega a 1 para cada 29 aos 60 anos. Segundo ele, mulheres a partir dos 40 já seriam suscetíveis com maior intensidade. Isso justifica fazer o rastreamento em mulheres aparentemente saudáveis, apesar do alto custo, acredita.

— Por isso, o rastreamento é indicado não apenas para a população de risco, mas na população em geral — defendeu.

No Brasil, segundo o médi-

co, são detectados por ano 57 mil novos casos de câncer de mama, com 14 mil mortes. A taxa de mortalidade não vem baixando, como ocorre com o câncer de colo do útero. Pedrini frisou que a detecção deve ser feita de modo precoce. Assim, o tumor poderá ser tratado com cirurgias menos agressivas e menos terapias sistêmicas.

Participou também do debate Paulo Sellera, do Departamento de Monitoramento e Avaliação do SUS, do Ministério da Saúde. Ele falou sobre o programa de ampliação de serviços de diagnóstico e tratamento de câncer.

Senadores o questionaram sobre atraso na implantação de 80 novos aceleradores, equipamentos de alta tecnologia para o tratamento do câncer. Segundo o gestor, das 80 unidades, 55 estão em fase de projeto básico e 18 estão prontas para licitação das obras civis.

Doença mata mais as mulheres pobres, afirma Ana Amélia

As mulheres pobres morrem mais por causa do câncer, alertou Ana Amélia (PP-RS) em Plenário. De acordo com a senadora, o índice de mortalidade é 11 vezes maior na população mais carente, por causa da dificuldade de acesso a ações preventivas. A senadora relatou a audiência da CAS sobre o câncer de mama e falou nos desafios no combate à doença, como a falta de mamógrafos:

— As dificuldades de manutenção de mamógrafos, as limitações de mão de obra qualificada e o custeio das cirurgias, como a de reconstrução da mama, ainda são barreiras para o combate efetivo do câncer de mama no nosso país.

Para Ângela Portela, país precisa investir em prevenção

Após participar do debate na CAS, Ângela Portela (PT-RR) ressaltou em discurso que o Brasil precisa de ações preventivas e educativas para dar visibilidade ao tratamento dos cânceres de mama e de colo do útero. A senadora destacou que o país avançou no diagnóstico dessas doenças, mas precisa garantir às mulheres o acesso aos exames preventivos, já que o diagnóstico precoce aumenta as chances de cura. Ela lamentou que muitas mulheres tenham que esperar até seis meses por mamografia.

— Não podemos deixar que as mulheres que precisam de atendimento preventivo morram sem o diagnóstico precoce que dá possibilidade de viver mais e até de cura — disse.



Maria Inez Gadelha fala no debate coordenado por Ângela Portela, que teve também José Luiz Pedrini e Paulo Sellera

CPI das Próteses deverá ouvir ex-vendedor de material hospitalar

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga a chamada máfia das próteses aprovou ontem a convocação de Carlos Lessa, ex-vendedor da empresa Oscar Iskin, distribuidora de material médico-hospitalar. Autor do requerimento, o presidente da CPI, Magno Malta (PR-ES), fez o pedido considerando as responsabilidades atribuídas por Miguel Iskin, sócio da empresa, ao ex-funcionário.

Em depoimento à CPI, o empresário negou oferecer comissões a médicos em troca da prescrição de órteses e próteses comercializadas por seu estabelecimento e disse que Lessa agiu sem o conhecimento da empresa.

Malta afirmou que Lessa é

um elo importante no caso e que seu interrogatório deve servir para que não se cometa injustiça.

O senador relatou que tentado, inutilmente, falar com os delegados que conduzem o caso. Ele disse já ter informado aos encarregados da investigação que quebrou sigilos capazes de elucidar os fatos.

— Ontem falei com um delegado. Eles estão arredios. Já não estão mais ávidos como no começo. Ontem eu disse que precisava me reunir com eles. Nós quebramos os sigilos, que é o que vai alimentar o inquérito. Se ficar nessa fuga, eu vou chamar a imprensa e dizer que não temos como caminhar. E vou ter que acionar diretamente o Ministério Público — disse.

Cassol quer liberar substância que combate o câncer

Ivo Cassol (PP-RO) defendeu a liberação da fosfoetanolamina, desenvolvida pela USP, que teria eficácia no tratamento de alguns tipos de câncer.

Para o senador, liberar o acesso à substância e intensificar as pesquisas significaria dar um “sopro de vida” para os pacientes.

— Temos que respeitar as leis, mas, quando a vida de alguém está em jogo, o que vale é a vida. Esse medicamento tem que servir como alternativa — defendeu.

Amanhã, a liberação será analisada em uma audiência conjunta de três comissões.



Morais/Agência Senado

Magno Malta critica mudanças no Estatuto do Desarmamento

Magno Malta (PR-ES) defendeu uma mobilização contra as mudanças feitas no Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/2003) aprovadas na terça pela comissão especial da Câmara que analisa o tema.

Ele disse que o Brasil era muito mais violento antes do estatuto e alertou que mudar as regras sobre porte e uso de armas não vai diminuir a criminalidade no país.

— Precisamos manter o estatuto, porque não é armando a sociedade que vamos diminuir a violência. Não vamos permitir que a bancada da bala, que está a serviço das empresas e da indústria do armamento, possa destruir aquilo que certamente foi e deve continuar sendo importante para o país.

Viana pede rejeição a projeto que altera regras sobre armas

Jorge Viana (PT-AC) protestou ontem contra a aprovação de projeto, em comissão especial da Câmara, que afrouxa regras para o porte e a compra de armas de fogo.

Ele manifestou indignação com o texto, que reduz de 25 para 21 anos a idade mínima para a compra de arma e permite o porte de arma nas ruas.

Para o senador, a decisão é absurda, visto que de 1980 a 2012 morreram 880 mil vítimas de armas de fogo no Brasil.

— Isso é o “Estatuto do Armamento”. O mundo está restringindo e aqui facilitamos a aquisição de arma, apesar do crescente número de vítimas.



Ano Volpe/Agência Senado

Avança redução no número de comissionados

Vai ao Plenário proposta que diminui o total de cargos de livre nomeação nos governos federal, estaduais e municipais e considera a meritocracia no preenchimento das vagas

AGENDA BRASIL

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem proposta de emenda à Constituição (PEC) que reduz o número de cargos em comissão — de livre nomeação pelo gestor público — nos governos federal, estaduais e municipais. O texto também exige processo seletivo público para preenchimento das vagas.

A iniciativa (PEC 110/2015), do senador Aécio Neves (PSDB-MG), deverá ter um calendário especial de votação no Plenário. Ela integra a Agenda Brasil, conjunto de propostas do Senado para a retomada do crescimento.

— Os cargos comissionados se transformaram em mercadorias, a serem distribuídas pela necessidade momentânea do gestor público. Não podemos ter um serviço público que atenda ao governante de plantão, mas à sociedade brasileira — disse Aécio.

A PEC recebeu substitutivo do relator, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), que fez ajustes no texto original e agregou duas emendas do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG). Alvaro manteve a sugestão de Aécio de que seja implementada uma redução gradual dos cargos em comissão, que hoje chega a 27 mil no governo federal.

Esse número seria reduzido a 30% do total de cargos efetivos no primeiro ano de vigência da emenda consti-

tucional aprovada. O patamar passaria a 20% no segundo ano de vigência e 10% a partir do terceiro.

Outras três condicionantes previstas no texto original foram preservadas no substitutivo: um teto para cargos em comissão correspondente a 10% dos cargos efetivos em cada órgão federal; a exigência de que pelo menos 50% dos cargos de livre nomeação sejam ocupados por servidores de carreira; e preenchimento das vagas antecedido de um processo seletivo público, capaz de avaliar conhecimentos técnicos, capacidades e habilidades específicas.

Meritocracia

Quanto às emendas de Anastasia, uma delas introduziu a meritocracia entre os princípios constitucionais que devem guiar a administração pública. Também abriu a possibilidade de estados e municípios manterem como cargos em comissão, respectivamente, 20% e 30% dos cargos efetivos de cada órgão.

A outra emenda inseriu a “presteza do atendimento” entre os quesitos para avaliação de desempenho do servidor. E condicionou o pagamento de adicional ou prêmio de produtividade a previsão orçamentária e disponibilidade financeira.

As limitações impostas pela PEC não se aplicam às nomeações por parlamentares, ministros, secretários estaduais, distritais e municipais.



Proposta do senador Aécio Neves recebeu do relator, Alvaro Dias, texto substitutivo que foi aprovado ontem pela CCJ

Segundo Alvaro, a proposta “é uma contribuição que se oferece ao país em defesa de uma administração pública mais eficiente, excluindo um desperdício vigente no esquema de loteamento de cargos públicos”.

Para Ricardo Ferraço (PMDB-ES), “a questão central não está na indicação política, mas na indicação política sem mérito”. Ele avaliou a PEC como uma homenagem ao Dia do Servidor Público, celebrado ontem.

Questionamentos

Apesar de declararem voto a favor da iniciativa, os senadores Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Simone Tebet (PMDB-MS) levantaram questionamentos.

Valadares apontou o risco de a PEC ter a constitucionalidade contestada, futuramente,

no Supremo Tribunal Federal (STF). Isso porque, segundo ele, o Poder Legislativo não poderia elaborar uma proposta alterando o provimento de cargos públicos federais, assunto de competência exclusiva do Poder Executivo.

Sobre o assunto, Aécio disse estar convencido de não ter cometido qualquer inconstitucionalidade. E avaliou que o fato de a PEC regular o preenchimento de cargos comissionados não só em nível federal, mas também estadual e municipal, a livraria de “qualquer risco de ilegalidade.”

Simone Tebet se disse preocupada com a possibilidade de os municípios terem até 30% do quantitativo correspondente a cargos efetivos para livre nomeação de servidores.

— Em vez de se restringir, pode-se estar ampliando isso

nos municípios — advertiu a senadora.

O autor da proposta esclareceu que esse parâmetro, agregado por emenda de Anastasia, foi motivado pela maior necessidade que as prefeituras têm — em função da carência de estrutura técnica — de trazer pessoal qualificado de fora. De qualquer modo, se disse aberto a restabelecer o patamar de 10% que prevaleceu para a União, caso uma emenda neste sentido seja apresentada em Plenário.

O reconhecimento sobre avanços da PEC também foi feito pelos senadores José Serra (PSDB-SP), Gleisi Hoffmann (PT-PR), Romero Jucá (PMDB-RR), José Medeiros (PPS-MT), Garibaldi Alves (PMDB-RN), Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e José Maranhão (PMDB-PB), presidente da CCJ.

Sindicalistas apoiam proposta sobre negociação coletiva na administração pública

AGENDA BRASIL

Apoio à aprovação de projeto que regulamenta a negociação coletiva na administração pública foi a tônica de debate ontem, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), com sindicalistas e representantes do governo federal.

Eles avaliaram que o PLS 397/2015, do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), precisa de alterações pontuais, que deverão ser negociadas com o autor e com o relator, senador Douglas Cintra (PTB-PE).

Pelo menos três centrais sindicais — a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB) e o Fórum Nacional dos Trabalhadores (FST) — concordam com o projeto que está sendo analisado pela Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, criada para analisar as propostas da Agenda Brasil.

Os representantes do governo federal na audiência — Sergio Mendonça, do Ministério do Planejamento, e Rita Pinheiro, do Ministério do Trabalho

— consideram a regulamentação um avanço. Para eles, a proposta facilitará a negociação salarial nos três níveis da administração pública. Apenas defendem que o texto deixe claros os critérios de representação para cada categoria nos diversos processos coletivos, diante do quadro atual de fragmentação sindical.

Durante o debate, surgiu a polêmica sobre a possibilidade de o PLS 397/2015 tramitar conjuntamente com o PLS 287/2013, que trata da regulamentação

do direito de greve no setor público. O senador Paulo Paim (PT-RS) considera inevitável que as duas propostas sejam discutidas agora, pois entende que forças conservadoras pretendem coibir o exercício desse direito por parte dos servidores.

Ele observou, porém, que o projeto de Anastasia está num estágio bem mais avançado e que o importante é que o movimento trabalhista continue atuando de forma unificada e atenta em relação às duas pautas.



Paim também considera importante discutir projeto que regulamenta o direito de greve dos servidores

João Domingos, da CSPB, enfatizou que a regulamentação da negociação coletiva no setor público é a mais antiga bandeira do movimento sindical nessa área. Segundo ele, o projeto em análise no Senado está bastante próximo do que já vinha sendo estabelecido por comissão tripartite no Ministério do Trabalho.

Entre as vantagens, o sindicalista afirma que o dispositivo regulamentará o acordo internacional celebrado pelo governo brasileiro com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2010, além de poder balizar os diversos arranjos jurídicos já vigentes em diversos estados e municípios.

Dentre os aprimoramentos, Domingos e outros representantes dos servidores defendem a inclusão de um artigo prevendo a licença classista para ao menos três dirigentes por categoria. A licença protege os vencimentos desses dirigentes, determinando que continuem a ser honrados pela administração pública. Luiz Carlos Oliveira, da União Geral dos Trabalhadores (UGT), considerou também fundamental a inclusão de um artigo definindo datas-base para as negociações.

Idoso poderá pedir mais acessibilidade para votar

Projeto que também prevê o benefício para portadores de deficiência física deve ser enviado à Câmara. Texto permite ao eleitor requerer a mudança de zona ou seção eleitoral até 150 dias antes das eleições

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem, em decisão final, projeto que possibilita ao eleitor com mais de 70 anos ou com deficiência física pedir a transferência de zona ou de seção eleitoral. O objetivo é oferecer melhor acessibilidade nas eleições.

Apresentada por Gleisi Hoffmann (PT-PR), a proposta (PLS 293/2015) teve parecer favorável do relator, Paulo Paim (PT-RS).

O eleitor interessado na mudança terá que formular o pedido até 150 dias antes das eleições. O texto estabelece ainda a competência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para regulamentar este dispositivo.

Ao recomendar a aprovação, o senador reconheceu que a iniciativa ainda não está devidamente disciplinada pela legislação eleitoral.

“O privilégio legal a ser concedido a esse eleitor especial

não implica qualquer prejuízo ou restrição aos demais eleitores ou a imposição de relevante obrigação para a Justiça Eleitoral”, assinala o relator no parecer.

Na justificativa do projeto de lei, Gleisi observou que a proposta tem objetivo de ampliar a efetividade do direito de voto, a exemplo da que possibilitou ao eleitor votar

fora do domicílio eleitoral.

Paim ressaltou que o projeto busca atender os objetivos contidos na legislação que beneficia os idosos (Estatuto do Idoso) e as pessoas com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Se não houver recurso para votação pelo Plenário, o PLS será enviado à Câmara dos Deputados.



Proposta da senadora Gleisi Hoffmann foi aprovada em decisão final pela CCJ

Debates tratarão da situação funcional de cartorários

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) decidiu ontem adiar a votação de duas propostas que regularizam a situação funcional de servidores que ingressaram nos serviços notariais e de registro (cartórios) entre 1988 e 1994. Os projetos voltarão à pauta da CCJ após a realização de duas audiências públicas sobre o assunto.

O adiamento aconteceu após a aprovação de um requerimento de Humberto Costa (PT-PE) e Antonio Anastasia (PSDB-MG) solicitando os debates. A questão é objeto

de uma proposta de emenda à Constituição (PEC 51/2015) de Vicentinho Alves (PR-TO) e de um projeto de lei da Câmara (PLC 80/2015), ambos com relatórios favoráveis — de Eduardo Amorim (PSC-SE) e de Romero Jucá (PMDB-RR), respectivamente.

Ligeiras diferenças distinguem as duas propostas. A PEC 51 regulariza a situação de titulares de cartórios que não fizeram concurso público. A cobertura alcança quem assumiu os cartórios entre a promulgação da Constituição, em 1988, e o início da vigência

da Lei 8.935 (Lei dos Cartórios), de 1994, período em que o assunto era disciplinado apenas por leis estaduais, que não previam concurso público.

Já o PLC 80 busca legalizar a situação de servidores concursados removidos para os cartórios também entre 1988 e 1994. Além de reguladas pela legislação estadual, as remoções deveriam ter sido homologadas pelo respectivo Tribunal de Justiça para terem validade.

A promoção de debates separados sobre as propostas foi reivindicada por Vicentinho.

No Dia do Servidor, Jucá apoia reconhecimento dos concursados

Romero Jucá (PMDB-RR) saudou o Dia do Servidor Público, comemorado ontem, defendendo a valorização da categoria como medida para melhorar o serviço prestado à população.

Esse, disse o senador, é o objetivo de proposta aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) que determina que os cargos de confiança sejam ocupados prioritariamente por servidores de carreira:

— Se quisermos profissionalizar o país, se quisermos fazer com que a sociedade possa ter o melhor atendimento, o caminho correto é valorizar e melhorar as condições de trabalho, a remuneração e a capacitação do servidor para que ele possa cumprir seu papel.

Fátima Bezerra defende valorização de carreiras e condições de trabalho

A importância dos servidores públicos, pela responsabilidade de “executar na ponta as políticas sociais prioritárias de um governo”, foi destacada por Fátima Bezerra (PT-RN). A senadora disse que é dos servidores a missão de manter a sociedade atendida por serviços essenciais, como educação, segurança pública e saúde, entre outros.

— Digo aos servidores do meu estado e do Brasil que contem conosco na valorização de suas carreiras e na luta por melhores condições de trabalho para a prestação desses serviços tão importantes e tão necessários, principalmente para a população mais pobre.



Fátima Bezerra/Agência Senado

Segundo Blairo, funcionalismo tem “papel transformador”

Blairo Maggi (PR-MT) prestou uma homenagem aos servidores públicos, cuja data foi celebrada ontem.

— São eles que fazem funcionar a administração pública, que asseguram a satisfação e o bem-estar da população de uma maneira geral.

Na visão de Blairo, o servidor existe para servir à sociedade e ao cidadão — que, por sua vez, tem o direito de exigir servidores preparados e dedicados, prontos a fazer o melhor. Assim, acrescentou, a responsabilidade de um servidor é grande, já que é um agente transformador do Estado e cuida daquilo que pertence a todos os cidadãos.



Blairo Maggi/Agência Senado

Amorim cumprimenta servidores do Sergipe e lamenta insegurança

Eduardo Amorim (PSC-SE) cumprimentou os servidores públicos de Sergipe, mas lamentou que a categoria nada tenha a comemorar. Ele disse que o governo estadual há vários anos não concede reajuste e que o Plano de Cargos e Salários foi somente uma promessa eleitoral descumprida.

O senador também denunciou o crescimento da insegurança em Sergipe.

— Com a política de segurança totalmente equivocada, falida, o que temos presenciado é um verdadeiro rastro de medo, de sangue e de dor. Infelizmente, Sergipe passou a ser um dos estados mais violentos do país.



Eduardo Amorim/Agência Senado



Valdir Raupp, Acir Gurgacz e Vanessa Grazziotin entre defensores das obras

Senadores não veem risco ambiental em obras de rodovia da Amazônia

As alegações levantadas pelo Ibama para a paralisação das obras de manutenção da BR-319 (Manaus-Boa Vista) no chamado trecho do meio, realizadas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), não são reais, segundo a conclusão anunciada pelo grupo de senadores da Comissão de Infraestrutura (CI) que percorreu a estrada na terça-feira.

A comitiva não constatou assoreamento de igarapés, desmatamento ou outro dano ambiental, contrariando o que havia apontado o órgão. Baseada nesses argumentos, a Justiça expediu liminar suspendendo a manutenção na rodovia, que há anos aguarda

da licença ambiental para conclusão das obras.

Foi o que relatou Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) em audiência na Assembleia Legislativa do Amazonas que debateu a paralisação das obras de reconstrução da estrada, a única ligação por terra do Amazonas com o restante do país. A senadora fez parte da comitiva que percorreu a BR-319, que incluiu Valdir Raupp (PMDB-RO) e Acir Gurgacz (PDT-RO).

— Não vimos desmatamento nem assoreamento de igarapés. A estrada precisa sim de manutenção. Da forma como está, sobretudo em relação às velhas pontes de madeira, ela é perigosa.

Comissão faz projeto para derrubar taxa cobrada de portos privados

A Comissão de Infraestrutura (CI) apresentará projeto de lei para sustar a Portaria 404/2012, da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), que instituiu taxa pelo uso de estruturas em águas públicas federais, como pontos de embarque e desembarque nos portos privados.

Ontem, a CI aprovou a apresentação à Mesa do Senado de um anteprojeto de Wellington Fagundes (PR-MT) propondo o fim da cobrança. Conforme o senador, o pleito é defendido

por empresários do setor portuário e pela Frente Parlamentar Mista de Transporte e Logística.

Em audiência no dia 14, com autoridades e empresários do setor portuário, a portaria foi criticada até por um dos representantes do governo. O diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, Mario Povia, considerou a cobrança irregular. Para ele, a taxa só pode ser instituída por lei, aprovada pelo Congresso, jamais por uma portaria.

Avança projeto para capacitar jovem do campo

Comissão especial aprovou, em primeiro turno, substitutivo de Cristovam a proposta de José Agripino que prevê auxílio para custear curso voltado ao empreendedorismo rural

AGENDA BRASIL

A COMISSÃO ESPECIAL do Desenvolvimento Nacional aprovou projeto que busca incentivar o empreendedorismo do jovem do campo. O PLS 103/2015 faz parte da Agenda Brasil — pauta de propostas com tramitação especial no Senado, com o objetivo de incentivar a retomada do crescimento econômico do país.

O projeto, de José Agripino (DEM-RN), garante um auxílio de R\$ 250 por mês para custear um curso de capacitação aos jovens de 16 a 29 anos, residentes no campo, que saibam ler e escrever, com escolaridade mínima de ensino fundamental incompleto e que estejam, no máximo, cursando o ensino médio. O auxílio será concedido por um período de 6 a 12 meses.

O relator, Cristovam Buarque (PDT-DF), apresentou um substitutivo para ampliar o alcance do Projovem a esse público, evitando a criação de outro benefício, como previa a proposta

original. Segundo o senador, a formação prevista terá conteúdos diretamente relacionados à vida no campo e aos empreendimentos rurais, com o objetivo específico de motivar e desenvolver competências empresariais.

— A proposição avança para além do discurso ineficaz e sugere medida prática, concreta e viável — disse.

O substitutivo ainda será apreciado no colegiado em turno suplementar.

A comissão também analisou o

PLS 397/2015, de Antonio Anastasia (PSDB-MG), que estabelece normas gerais para a negociação coletiva na administração pública. Para o relator, Douglas Cintra (PTB-PE), o projeto pode reduzir a carga de ações no Judiciário, já que, pela negociação coletiva, normalmente mediada por sindicatos, os servidores e empregados públicos podem debater com representantes do Estado questões sobre planos de carreira, remuneração, condições de

trabalho e aposentadoria, entre outras.

Paulo Paim (PT-RS) sugeriu um “pente-fino” no texto e destacou que a Comissão de Direitos Humanos (CDH) havia feito, na manhã de ontem, uma audiência pública sobre o projeto. Simone Tebet (PMDB-MS) pediu vista coletiva. A proposta voltará à pauta da comissão na próxima reunião.

Três projetos foram retirados de pauta para modificações: o PLS 613/2015, sobre adição de biodiesel ao óleo diesel; o PLS 187/2012, que permite a dedução, no Imposto de Renda, de valores doados a projetos de reciclagem; e o PLS 189/2014, com critérios para o rateio de recursos da União para a área de saúde.

O relator da comissão, Blairo Maggi (PR-MT), rejeitou uma emenda de Plenário apresentada ao PLS 68/2014, que permite transferência direta de recursos do Fundo Penitenciário Nacional aos fundos dos estados.

A comissão ainda aprovou requerimento de Gleisi Hoffmann (PT-PR) para audiência com representantes das agências reguladoras.



Otto Alencar, ao lado de Blairo Maggi, em reunião da Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional

Dirigentes pedem apoio para futebol em estados periféricos

A CPI do Futebol recebeu ontem sete presidentes de federações estaduais para audiência sobre o cenário do esporte no Brasil. Os dirigentes, todos de centros periféricos do futebol, pediram mais investimentos, especialmente para a prática esportiva de jovens.

O ex-senador Leomar Quintanilha, presidente da Federação Tocantinense de Futebol, lembrou que muitos jogadores de destaque nasceram em estados de futebol menos desenvolvido.

— Talento não escolhe lugar para nascer. É preciso que haja estrutura que possa dar oportunidade para que esse talento seja aproveitado — disse.

O presidente da Federação de Futebol do Piauí, Cesarino Oliveira, advertiu que o futebol brasileiro depende da formação constante de novos valores. Ele destacou o reforço da prática esportiva nas escolas como um caminho para atrair os jovens.

— Somos pentacampeões, mas não temos uma escola, ao menos no meu estado, que tenha um campo de futebol. Se houver um engajamento de todos, principalmente na educação, nós teremos outro resultado — afirmou.

João Carlos Oliveira Santos, presidente interino da Federação Mato-grossense de Futebol, relatou que a expansão populacional e a especulação imobiliária nas grandes cidades retirou o espaço para campos de futebol. Antonio Aquino Lopes, presidente da Federação de Futebol do Acre, defendeu o desenvolvimento de uma legislação que torne obrigatória a construção de campos e quadras nas periferias.

A competitividade das equipes de centros periféricos também foi debatida na audiência. Para Antônio

Américo Lobato Gonçalves, presidente da Federação Maranhense de Futebol, a realidade financeira do futebol atual prejudica os clubes que não têm acesso às verbas de patrocínio, televisão e publicidade.

— Nós vivemos no limite. A Série A é absolutamente desigual. Outrora se pagava todo o custeio de um clube com as rendas. Hoje em dia a situação do país não permite, os ingressos não podem ser altos e as rendas às vezes não pagam o salário de um atleta. A situação é difícil — completou.

Os presidentes relataram que a CBF arca com os custos de viagem e hospedagem de todos os clubes que disputam as séries C e D do Campeonato Brasileiro. Essa medida, iniciada na gestão de José Maria Marin (2012–2015), foi elogiada pelos dirigentes. Segundo eles, a confederação faz a sua parte para apoiar os clubes pequenos e está interessada em expandir a contribuição.

A ajuda da CBF, de acordo com os dirigentes, será estendida com a construção de centros de treinamento nos 15 estados que não foram sedes da Copa de 2014, tema que foi abordado na audiência da CPI da semana passada. Esses centros serão de propriedade da CBF, mas administrados pelas federações, e poderão receber cerca de 700 jovens por ano para atividades esportivas e sociais.

Também participaram da audiência, presidida por Romário (PSB-RJ), os presidentes da Federação Alagoana de Futebol, Felipe Omena Feijó; da Federação Amazonense de Futebol, Dissica Valério Tomaz; e da Federação Paraense de Futebol, Antonio Carlos Nunes de Lima.



Na CPI, presidentes de federações de estados com futebol menos desenvolvido pediram investimentos

Benedito de Lira: jogos de azar podem gerar receita para o país

O Senado, que já foi palco de grandes discussões, virou espaço para a “birra” entre o PT e a oposição, disse Benedito de Lira (PP-AL).

O senador protestou contra “o clima de beligerância” e pediu a discussão de propostas para ajudar o Brasil a sair das dificuldades econômicas. Um desses projetos, segundo ele, é o que regulamenta o Imposto sobre Grandes Fortunas (PLS 534/2011 — Complementar). Benedito também defendeu a legalização de jogos de azar e o funcionamento dos cassinos. Para ele, essa atividade econômica poderia gerar tributos “essenciais para o Brasil neste momento”.

— A sociedade está aflita com a falta de serviços públicos de qualidade — disse.



Ano Volpe/Agência Senado

Regulamentação da atividade de artesanato é elogiada por Cintra

A sanção da lei que regulamenta a profissão de artesão foi comemorada por Douglas Cintra (PTB-PE). Segundo ele, a Lei 13.180/2015 foi possível graças ao trabalho da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Artesão, da qual faz parte.

— O grupo veio respaldar politicamente o trabalho de 10 milhões de brasileiros que atuam em múltiplos segmentos do artesanato, sustentando suas famílias, preservando nossas raízes culturais e movimentando mais de R\$ 60 bilhões por ano — afirmou.

O senador defendeu o PLS 256/2015, de Maria do Carmo Alves (DEM-SE), que cria o Programa de Certificação do Artesanato Brasileiro, para atestar a origem e a efetiva condição de produto artesanal.



Ano Volpe/Agência Senado

Bezerra Coelho quer garantir água para irrigação em Pernambuco

Para garantir o suprimento de água ao Distrito de Irrigação Nilo Coelho, Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) sugeriu a redução da vazão de água da Barragem de Sobradinho. Segundo o senador, no projeto, em Juazeiro (BA), Casa Nova (BA) e Petrolina (PE), trabalham 60 mil pessoas e são produzidos 90% da manga e da uva destinadas ao mercado internacional. Bezerra explicou que obras emergenciais para captar água da reserva morta estão em curso, mas só devem terminar em dezembro, e a área útil da barragem deve secar em novembro.

— Temos uma ameaça concreta ao fornecimento de água, o que poderá provocar prejuízos milionários, eu diria até bilionários.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Caso do césio 137 mostra o alto risco da radiação nuclear, diz pesquisadora

Contaminação de uma fonte pequena teve efeitos horríveis; com um reator, perigo é muito maior, comparou física em seminário no Senado

UMA PEQUENA QUANTIDADE de material radioativo já é suficiente para produzir uma tragédia de grandes proporções. O alerta foi feito por uma das principais pesquisadoras do país sobre efeitos da radiação no corpo humano, Emico Okuno, durante o seminário internacional Usinas Nucleares — lições da experiência mundial, encerrado ontem.

O evento, que começou na terça-feira, foi organizado pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). As conclusões serão reunidas em uma carta a ser enviada ao governo federal.

Professora de física das radiações do Departamento de Física Nuclear da USP, Emico deu como exemplo o caso de contaminação com césio 137 ocorrido em 1987 em Goiânia. Considerado o maior acidente radioativo em área urbana do mundo, ele teve como fonte radioativa uma pastilha de sal de cloreto de césio do tamanho de um comprimido.

Segundo Emico, o vazamento de material radioativo das



Especialistas brasileiros e internacionais participam do seminário: conclusões serão encaminhadas ao governo federal

usinas de Angra dos Reis (RJ) poderia ser catastrófico:

— O acidente de Goiânia foi uma coisa horrível, que ocorreu apenas com uma fonte do tamanho de uma pastilha. Vejam o que uma pequena fonte pode causar! Um acidente com um reator nuclear pode ser muito pior — avaliou.

Embora a contaminação em Goiânia tenha afetado a vida de centenas de pessoas, o governo de Goiás e as autoridades envolvidas só

assumiram quatro mortes em decorrência dele.

Tragédia

Em setembro de 1987, dois catadores de materiais recicláveis acharam no antigo Instituto Goiano de Radioterapia uma máquina, que desconheciam ser um aparelho de radioterapia. Eles venderam o material ao dono de um ferro-velho, Devair Ferreira, que, ao abrir a cápsula radioativa, se encantou com um pó que emitia brilho

azul. Ele começou então a distribuí-lo a parentes e amigos como algo precioso. Logo, pessoas que tiveram contato com o pó começaram a passar mal. As primeiras mortes foram a da esposa de Ferreira, Maria Gabriela, e de sua sobrinha, Leide. O ferro-velho, casas da região e pertences das famílias foram destruídos, gerando toneladas de rejeitos radioativos. Um depósito foi construído em Abadia de Goiás, próximo a Goiânia, para abrigá-las.

Rio São Francisco está morrendo, alerta Otto Alencar

Otto Alencar (PSD-BA) pediu que o governo federal adote providências imediatas em relação à revitalização das margens do Rio São Francisco. Ele ressaltou que a erosão, o desmatamento e o uso da água para irrigação de forma desordenada estão fazendo com que os afluentes do Rio São Francisco sequem.

O senador disse que, se o governo federal não decretar estado de emergência e começar a dragagem na calha do rio, o São Francisco pode passar a ser apenas uma lembrança daqui a 8 ou 10 anos.

Valadares teme que exploração do pré-sal se torne inviável

Além do superendividamento decorrente da corrupção, a Petrobras pode enfrentar outro problema: a possível inviabilidade econômica da exploração do petróleo da camada pré-sal, por causa da queda do preço do petróleo e dos altos custos da exploração, disse Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

— Enquanto outros países, em épocas diferentes, obtiveram lucros e os aproveitaram para obter benefícios sociais, nossa nação está em situação difícil diante da perspectiva negativa da exploração do pré-sal, essa grande riqueza.

Paim saúda aprovação de texto que garante adicional a aposentado

Paulo Paim (PT-RS) comemorou ontem, em Plenário, a aprovação de projeto dele (PLS 493/2011) que concede adicional de 25% aos benefícios dos aposentados que precisam de ajuda permanente de outra pessoa para viver. A proposta, que já foi para análise da Câmara, muda a regra atual, que garante o adicional apenas aos aposentados por invalidez.

— É uma situação injusta e desigual que o projeto de lei pretende corrigir, ou seja: estender [o adicional] às aposentadorias por idade, por tempo de contribuição e aposentadoria especial, quando o idoso estiver na mesma situação. Ele não tem como se manter, aposentado por invalidez ou não.

Parecer de MP que compensa hidrelétricas deve ser apresentado hoje

Marcada para ontem, a apresentação do parecer do senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) sobre a Medida Provisória (MP) 688/2015 foi adiada para hoje, às 9h30. O anúncio foi feito pelo pre-

sidente da comissão mista que analisa a MP, deputado Rogério Peninha Mendonça (PMDB-SC). Ele explicou que o adiamento foi motivado pela ausência do relator.

A proposta foi editada pelo

Executivo para compensar o déficit na geração das usinas hidrelétricas em função da escassez de chuvas dos últimos anos. De acordo com a MP 688, para que não haja repasse de custos ao consumidor, a con-

ta acumulada em 2015 será assumida pelas geradoras de energia, que serão compensadas com prazo adicional de concessão, pelo tempo necessário para amortizar o montante.

Campanha Mais Mulheres na Política chega ao Rio Grande do Norte

A campanha Mais Mulheres na Política, promovida pela bancada feminina no Congresso, alcançou mais um estado. Na segunda-feira, foi feita audiência pública na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte.

A senadora Fátima Bezerra (PT-RN) comemorou a participação expressiva de instituições e da sociedade civil nos debates. Os senadores Regina Sousa (PT-PI) e Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) e a deputada Elcione Barbalho (PMDB-PA), que é procuradora especial da Mulher na Câmara dos Deputados, participaram do encontro.

— Já avançamos muito, mas é preciso muito mais. É claro que a aprovação da PEC da Mulher [PEC 98/2015] é um excelente começo. No entanto, é preciso caminhar no sentido de tornar realidade a paridade de gênero — disse Fátima.

A PEC foi aprovada no Senado e agora tramita na Câmara. A proposta garante às mulheres

10% das cadeiras nas câmaras de vereadores, assembleias legislativas estaduais e na Câmara dos Deputados na primeira eleição após a sanção da lei. Na segunda eleição, esse percentual aumenta para 12% e, na terceira, para 16%.

Regina Sousa lembrou que as mulheres ocupam hoje apenas 14 das 81 cadeiras no Senado e 52 das 513 na Câmara.

— É preciso garantir os espaços políticos e incentivar o ingresso das mulheres na política — defendeu.

Segundo a União Interparlamentar (UPI), o Brasil ocupa hoje a posição 131 entre os 189 países quanto à presença feminina no Parlamento.

Uma moção de apoio à PEC da Mulher foi sugerida por Fátima às parlamentares federais, estaduais e municipais presentes. Ela destacou que, para avançar, são imprescindíveis ações como o financiamento democrático de campanha, previsão legal de punição aos partidos que não cumprirem as

leis de cotas e a adoção de cotas voluntárias pelos partidos.

A campanha também marcou presença no Amazonas. Na segunda-feira, Humaitá, que tem mais de 70% das secretarias municipais comandadas por mulheres, sediou o encontro. Humaitá é a sétima cidade do estado a receber o movimento.

A campanha ainda esteve em Coari, na sexta-feira, onde mais de 600 líderes de movimentos sociais e políticos da região participaram da audiência no auditório municipal.



Fátima Bezerra fala na assembleia potiguar: campanha está percorrendo o país

Cadeirinha em veículo escolar pode ser adiada

Obrigatoriedade do item de segurança entraria em vigor em fevereiro de 2016. Motoristas alegam que exigência é descabida, dado o baixo número de acidentes no setor

A EXIGÊNCIA DE veículos escolares terem cadeirinhas e assentos de elevação para crianças a partir de fevereiro pode ser adiada. A hipótese de adiamento foi anunciada ontem pelo presidente do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), Alberto Angerami, durante audiência pública conjunta das Comissões de Educação (CE) e de Infraestrutura (CI).

A obrigatoriedade dos itens de segurança está prevista nas Resoluções 533 e 541 do conselho, com previsão de multa, retenção do veículo e perda de sete pontos na carteira de habilitação do condutor.

Representantes de motoristas de transporte escolar afirmaram que não têm como cumprir a obrigação, considerada por eles desnecessária em razão do baixo número de acidentes no setor. Alegam que, desde 1997, quando entrou em vigor o Código de Trânsito Brasileiro, nenhuma morte ou vítima grave foi registrada entre os veículos legalizados e vistoriados.

— Temos um serviço que é seguro e aprovado, com sinistralidade zero. Esse índice é inquestionável — afirmou o diretor da Associação Regional de Transporte Escolar de São Paulo, Jorge David Salgado.

Já para o presidente do Sin-

dicato dos Transportadores Escolares de São José (SC), Pedro Januário, simplesmente adiar a entrada em vigor da norma não basta. É preciso descartá-la definitivamente:

— Temos é que resolver o problema. Não adianta jogar para a frente. O transportador não é contra nenhuma medida que gere mais segurança para os estudantes. É contra resoluções que distanciam a teoria da prática.

Outro ponto levantado pelos profissionais diz respeito à questão técnica. Até há pouco tempo, o Contran e o Inmetro consideravam insegura a instalação de cadeirinhas infantis em veículos com cintos de segurança de dois pontos (abdominais), como é o caso das vans escolares. Os motoristas cogitaram fazer adaptações nos veículos, o que foi condenado por engenheiros. Recentemente, no entanto, os órgãos mudaram de opinião.

A regulamentação dos chamados Dispositivos de Retenção Infantil é compartilhada entre Inmetro e Contran, cabendo ao primeiro regular a fabricação e a comercialização dos produtos e ao segundo, decidir sobre as regras de uso.

A Portaria 466 do Inmetro proíbe a comercialização no mercado nacional de dispositivo de retenção cuja fixação da



Senador Dalírio Beber (4º à esq.) conduz audiência pública conjunta das Comissões de Educação e de Infraestrutura

criança seja feita com cintos de segurança do tipo abdominal. Mas os artigos que tratam do assunto serão revogados, segundo informou a assessora da Diretoria de Avaliação de Qualidade do Inmetro, Maria Aparecida Martinelli.

— Não há impedimento para que o Inmetro reavalie sua decisão — afirmou.

Reivindicação

O presidente do Contran, Alberto Angerami, alegou que a presença dos equipamentos de segurança foi reivindicada por pais e entidades de prote-

ção às crianças. O tema foi parar na pauta do conselho, que decidiu pela obrigatoriedade.

— Quando o conselho edita uma resolução, são ouvidos órgãos técnicos e até representantes da sociedade civil — explicou, depois de afirmar que os transportadores “não precisarão agir de forma açodada”, visto que o prazo de 1º de fevereiro está adiado.

Os senadores Dário Berger (PMDB-SC) e Marta Suplicy (PMDB-SP) ficaram do lado dos motoristas escolares e ressaltaram o baixo índice de acidentes no setor. Eles

também elogiaram a decisão do presidente do Contran de adiar a vigência da norma:

— Já inventaram kits de primeiros socorros, extintor ABC e depois “desinventaram” tudo e disseram que não precisa. Isso é muito sério — afirmou Marta, que já tinha apresentado um projeto de decreto legislativo com o objetivo de sustar a resolução do Contran.

A audiência conjunta foi presidida pelo senador Dalírio Beber (PSDB-SC).

Entenda a resolução do Contran:
<http://bit.ly/entendacadeirinha>

Para Bauer, déficit no Orçamento de 2016 pode superar R\$ 100 bi

O senador Paulo Bauer (PSDB-SC) acredita que o déficit do Orçamento do ano que vem deve ser muito maior do que o previsto pelo governo. Ele lembrou que, em setembro, quando a proposta orçamentária de 2016 enviada ao Congresso já previa déficit de R\$ 30 bilhões, o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, garantiu que apenas parte do valor das pedaladas fiscais de 2014, estimadas em R\$ 40 bilhões, seria paga neste ano.

Para Bauer, se a conta e a previsão do ministro não se concretizarem, é possível estimar déficit superior a R\$ 100 bilhões no Orçamento de 2016.

— Porque não vão conseguir pagar as pedaladas, vão ter que reconhecê-las e contabilizá-las, senão correm o risco crime de responsabilidade, que gera impeachment. A presidente se apavora, os deputados e aliados do governo se sentem inconformados com a possibilidade de isso acontecer, observada a Constituição.



Waldemir Borretto/Agência Senado

Lasier: campanha do governo mascarou realidade econômica

Um ano após proclamado o resultado das eleições que reelegeram Dilma Rousseff, o Brasil nada tem a celebrar, disse ontem Lasier Martins (PDT-RS), ao citar índices econômicos que em nada lembram “o país próspero que anunciava a campanha da presidente”.

O senador elencou os problemas que vieram à tona ao longo de 2015: o PIB está negativo em 2,8%, em um quadro de recessão; a inflação está em 9,5%; a gasolina subiu mais de 9%; a energia elétrica, 41%; as taxas de juros tiveram sete altas seguidas, estando a 14,25%; e o dólar teve um aumento de 52% sobre o real. Além disso, o desemprego assusta, com índice de 7,6%, e a dívida pública está em R\$ 2,734 trilhões.

— Antes das eleições, haveria superávit de R\$ 143 bilhões. Um ano depois, o déficit confessado pelo governo é de R\$ 51,8 bilhões. É a realidade que nós estamos vivendo. E o Brasil inteiro desconcertado.



Waldemir Borretto/Agência Senado

Flexa afirma que PT e governo perderam a credibilidade

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) contrastou o comportamento do PT como governo e como oposição, avaliando que os parlamentares governistas se esquecem do passado. Segundo ele, os discursos do PT dão a impressão de que a história do Brasil começou em 2003, quando Lula tomou posse como presidente.

O senador considera que a credibilidade da presidente Dilma Rousseff é “irrecuperável” e que o PT não poderia chamar de “golpe” o impeachment de Dilma, pois no passado o partido pediu o afastamento de Fernando Henrique Cardoso sem que houvesse dúvidas sobre a legalidade do processo.

— Não há credibilidade no governo que aí está. E, não havendo credibilidade, não somos nós, parlamentares, quem vai pedir o afastamento, a saída, a mudança; é a sociedade, são os brasileiros, que diariamente se manifestam em vários locais do Brasil.



Ana Volpe/Agência Senado

Gladson alerta para dificuldades do Acre em manter escolas

Escolas municipais poderão fechar as portas no ano que vem porque as prefeituras não terão dinheiro para manter os colégios, alertou Gladson Cameli (PP-AC). Ele manifestou preocupação ontem com a queda no repasse do Fundo de Participação dos Municípios. Segundo o senador, os cortes variam de 30% a 40% do total, ou R\$ 2,4 bilhões em um ano.

— Várias prefeituras do Acre estão a ponto de fechar as portas em protesto contra os cortes no repasse do fundo. Segundo os gestores municipais, essa é a única alternativa que resta para alertar a população e sensibilizar o Congresso para o estado de caos financeiro que enfrentam — disse.

Além disso, explicou que há cortes em outros repasses federais, como os do Programa Dinheiro Direto na Escola, e as despesas só crescem. Deu dois exemplos: o reajuste anual do salário mínimo e o piso salarial dos professores das escolas públicas.



Waldemir Borretto/Agência Senado

Paim defende luta do mundo inteiro pela cultura da paz

O senador Paulo Paim (PT-RS) afirmou que a paz mundial é “o verdadeiro caminho para eliminação das desigualdades, para o desenvolvimento e para o bom viver no planeta”.

O parlamentar afirmou que a religião foi a maior causa de guerra entre os povos ao longo da história e lamentou a violência ainda existente.

Ele ressaltou que o país e o mundo precisam refletir sobre a discriminação por raça, gênero e orientação sexual ou religiosa e “dirigir a energia do universo para a cultura da paz mundial”.

Paim destacou que as pessoas têm que se conscientizar da necessidade do respeito e do direito à vida e à integridade.

Para ele, o mundo deve caminhar para a convivência tolerante e a aceitação da diversidade.

— O Estado tem por finalidade proporcionar bem-estar à população e a paz e o amor são ingredientes indispensáveis se quisermos chegar a esse objetivo.

Texto muda Lei Anticorrupção para determinar que Ministério Público acompanhe desde o início ajustes entre órgãos públicos e privados

Vai à Câmara participação do MP em acordos com empresas irregulares

O MINISTÉRIO PÚBLICO pode passar a participar, desde o início, dos acordos de leniência celebrados por órgãos públicos com empresas que praticam atos ilícitos, a fim de atenuar sanções administrativas. Esse tipo de acordo é previsto na Lei Anticorrupção (12.846/2013). De autoria de Ricardo Ferraço (PMDB-ES), o Projeto de Lei do Senado (PLS) 105/2015, com alterações em dispositivos da Lei Anticorrupção, foi aprovado ontem, em decisão final, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O texto acolhido pela comissão é um substitutivo do relator, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), e será submetido a turno suplementar de votação. Após essa formalidade,



Para o autor, Ricardo Ferraço, proposta corrige omissão que gera insegurança

será enviado à Câmara se não houver recurso para votação em Plenário.

Ao longo das investigações da Operação Lava-Jato, Ferraço notou que a Lei Anticorrupção “pecou” ao não prever a participação do Ministério

Público na construção dos acordos de leniência. Por isso, o projeto determina que o órgão acompanhe na integralidade esse procedimento previsto na lei.

Na esfera judicial, o MP poderá inclusive assinar os

acordos de leniência de forma isolada ou em conjunto com a advocacia pública ou com o órgão lesado. O projeto amplia os efeitos dos acordos, hoje restritos à esfera administrativa, para incluir a ação penal. A expectativa de Ferraço é de que as empresas envolvidas ficarão mais seguras de aderir.

— A proposta visa acabar com uma omissão da lei que gera insegurança jurídica quanto aos efeitos do acordo de leniência no âmbito administrativo — afirmou.

O texto amplia de 5 para 10 anos o prazo para os envolvidos aderirem. Também livra a empresa que assinar o acordo de sanções restritivas ao direito de participar de licitações e de assinar contratos com a administração pública.

CCJ aprova ônus da dupla prova para autoridade fiscal

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem projeto de lei (PLS 537/2015) de Ricardo Ferraço (PMDB-ES) que altera o Código Tributário Nacional (Lei 5.172/1966) ao fixar regras e procedimentos para desconsideração de atos e negócios jurídicos feitos por empresas com a intenção de reduzir ou se livrar do pagamento de tributos. A proposta recebeu parecer favorável do relator, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), para quem o texto é “passo fundamental na evolução das relações entre o Fisco e os contribuintes pessoas jurídicas”.

Insegurança

Para Ferraço, a falta de normas prejudica a fiscalização e o empresário sob suspeição:

“A Fazenda Pública, desprovida do instrumental normativo adequado, termina, muitas vezes, por ver frustrada a atividade fiscalizadora. E o contribuinte, nesse cenário de insegurança jurídica, vê-se limitado em sua atuação empresarial”, pondera na justificativa do PLS 537/2015.

Pelo texto, “são passíveis de desconsideração atos ou negócios jurídicos que visem ocultar os verdadeiros aspectos do fato gerador ou a real natureza dos elementos da obrigação tributária, com objetivo de reduzir o valor de tributo ou de evitar ou postergar o pagamento.” Mas a desconsideração só se caracteriza sob duas condições: falta de propósito comercial ou abuso de forma.

Nessas hipóteses, explica Ferraço, a empresa faz um negócio que, em vez de visar seu fim social, serve para evitar ou adiar o pagamento de tributo.

O autor assinala preocupação em manter o direito do contribuinte investigado à ampla defesa e ao contraditório e em impor à administração tributária o ônus da dupla prova. Assim, caberá ao poder público provar a ocorrência do fato gerador alvo de questionamento e evidenciar a intenção de dissimulação. O PLS vai à votação final na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Crises atrapalham saneamento, aponta debate

As crises hídrica e econômica têm levado à concentração de esforços no abastecimento de água, dificultando a universalização do saneamento básico, além de agravar a poluição nos rios. A avaliação é de especialistas que participaram de debate ontem na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) sobre o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab).

Como observou Marcos Thadeu Abicalil, especialista do Banco Mundial, em momentos de retração da economia, empresas de saneamento que enfrentam queda de volume nos reservatórios de água priorizam o abastecimento. Para evitar cortes no serviço, cancelam ou adiam obras de esgotamento sanitário.

Em complemento, Gisela Forattini, diretora de Planejamento da Agência Nacional de Águas (ANA), disse que a crise hídrica piora a qualidade dos mananciais que recebem esgoto sem tratamento ade-



Relator da avaliação do Plansab, Randolfe (2º à dir.) coordena a audiência

quado.

— Os rios precisam de volume, de vazão para diluição de cargas orgânicas. Se você diminui essa vazão, vamos ter mais problemas em termos de qualidade da água — afirmou.

Simone Tebet (PMDB-MS) lembrou que dificuldades historicamente enfrentadas no Nordeste, como longos períodos sem chuva, hoje chegam ao Sudeste e ao Centro-Oeste.

Gisela observou, no entanto, que a situação no Sudeste não decorre da seca, mas da gestão de recursos hídricos.

Para Patrícia Areal, coordenadora-geral de Cooperação

Técnica de Saneamento da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), o contingenciamento de recursos pelo governo federal compromete a implantação do Plansab.

Segundo ela, em 2014 a Funasa teve R\$ 400 milhões para empreendimentos contra R\$ 170 milhões em 2015. Para 2016, disse, a previsão é ainda menor: R\$ 70 milhões.

Abicalil avaliou que a insuficiência de recursos pode comprometer a universalização do saneamento até 2033, prevista no Plansab.

Ele explicou que a arrecadação com tarifas de água e esgoto representa 75% dos

recursos investidos no setor, enquanto os demais 25% são verba orçamentária.

— A tarifa paga pelo usuário de água e esgoto é mais baixa do que a paga em qualquer outro serviço de utilidade pública — afirmou, ao defender a reformulação do modelo tarifário do setor.

Abicalil disse que as empresas de saneamento buscam expandir o atendimento, mas não investem em tecnologia para acabar com as perdas de água tratada, que chegam a 35%.

Na presidência da audiência, Davi Alcolumbre (DEM-AP) apontou a importância da articulação entre iniciativa privada e poder público para universalizar o saneamento. No entanto, o senador observou que as localidades mais pobres e distantes dependem de subsídios. O debate foi proposto por Randolfe Rodrigues (Rede-AP), relator da avaliação do Plansab, ação do governo federal priorizada para acompanhamento pela CDR em 2015.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
 Sérgio Petecão, João Alberto,
 Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Edição: Silvío Burle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cíntia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Medida busca diminuição de litígios tributários

Comissão mista aprovou ontem relatório da MP que institui programa para pagamento de débitos que estejam sob contestação administrativa ou judicial por contribuintes

A COMISSÃO MISTA da medida provisória que institui o Programa de Redução de Litígios Tributários (Prorelit) aprovou ontem o relatório de Tasso Jereissati (PSDB-CE).

A MP 685/2015 segue para votação nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado. O texto aprovado permite ao contribuinte quitar débitos tributários vencidos até 30 de junho de 2015, com a Receita Federal ou a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que estejam em questionamento administrativo ou judicial.

O contribuinte deverá reconhecer a dívida e desistir da ação, inclusive judicialmente, até 30 de outubro. Para aderir ao Prorelit, deverá pagar em espécie parte do total do débito até o último dia útil do mês da opção (*veja quadro ao lado*).

Para quitar o valor restante do débito, poderão ser usados créditos de prejuízos fiscais e da base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), apurados até 31 de dezembro de 2013 e declarados até 30 de junho de 2015.

Na elaboração do parecer, Tasso levou em consideração emendas que tinham a ver

com o tema e alterações trazidas por medida provisória posterior, a MP 692/2015.

“Essa MP alterou o Prorelit para inserir novas condições para o pagamento em espécie. Antes dessas modificações, o contribuinte tinha de pagar em espécie o equivalente a, no mínimo, 43% do valor consolidado dos débitos indicados para a quitação até o dia 30 de setembro deste ano”, explicou o relator.

O prazo para o contribuinte desistir da ação judicial também foi estendido até 30 de outubro pelo relatório. Inicialmente, terminava em 30 de setembro.

A quitação não vale para débitos de desistências de recursos em programas de parcelamentos anteriores. Caso o crédito tributário não seja validado, o contribuinte terá 30 dias para pagar o restante em espécie.

Apesar de considerar que o governo federal é responsável pelo rombo nas contas públicas, Tasso disse não poder contribuir para “um cenário de catástrofe fiscal”. Em sua visão, a MP dá vantagem às empresas, que podem abater seus prejuízos fiscais.

(Da Agência Câmara)



Para Tasso, MP dá vantagem a empresas, que podem abater seus prejuízos fiscais

Pedro França/Agência Senado

Relator incluiu emendas sobre temas fiscais

Tasso Jereissati inseriu no parecer sobre a MP 685 emendas sobre “matérias tributárias relevantes e urgentes”. Uma delas propõe normas para o Prosus, programa para fortalecer entidades filantrópicas e sem fins lucrativos complementares ao SUS. Outra define que tratados e convenções internacionais celebrados pelo Brasil, destinados a evitar dupla tributação da renda, abrangem a CSLL. A terceira equipara o proprietário de obra de construção civil a empresa para fins de obrigações previdenciárias.

A MP ainda reduz a base de cálculo dos serviços de transporte rodoviário autônomo e a alíquota da contribuição das empresas de transporte terrestre de passageiros. Também aborda a contribuição previdenciária do empregador doméstico e a dedução de contribuições para entidades de previdência privada.

Adesão

Para aderir ao programa, o contribuinte deverá pagar em espécie parte do débito por meio de uma das seguintes condições:

30% dos débitos indicados para a quitação até 30 de **outubro de 2015**

33% dos débitos indicados para a quitação, em duas parcelas, vencíveis até o último dia útil dos meses de **outubro e novembro de 2015**

36% dos débitos indicados para a quitação, em três parcelas, vencíveis até o último dia útil dos meses de **outubro, novembro e dezembro de 2015**

Quitação

Para quitar o valor restante do débito, poderão ser usados débitos tributários a partir das seguintes alíquotas:

25% sobre o **prejuízo fiscal**

15% sobre a **base de cálculo negativa da CSLL** para empresas de **seguros privados, capitalização e instituições financeiras**

9% sobre a **base de cálculo negativa da CSLL** para **outras empresas**

Caso o crédito tributário não seja validado, o contribuinte terá 30 dias para pagar o restante em espécie

Pescadores veem colapso com o fim do Ministério da Pesca

Representantes de pescadores de São Paulo, Ceará, Alagoas, Piauí e Amazonas alertaram para o colapso do setor com a extinção do Ministério da Pesca. O tema foi debatido ontem na comissão mista que analisa a Medida Provisória da Reforma Ministerial (MP 696/2015).

A MP faz parte do pacote fiscal, com o qual o governo espera elevar a arrecadação federal em 2016, diminuir gastos públicos e fazer economia com maior superávit primário. Uma das reformas é a extinção do Ministério da Pesca, incorporado ao Ministério da Agricultura.

O presidente da Associação de Pescadores de São Paulo, Edvando Soares, reconhece deficiências, mas acredita que a pasta, criada em 2009, é uma conquista da categoria. Ele atribuiu os problemas do setor pesqueiro paulista à prevalência de afinidades políticas na gestão.

A decisão do governo federal de suspender por quatro meses o pagamento do seguro-defeso é outro impasse da categoria. O benefício é repassado ao pescador profissional artesanal no período de paralisação da pesca para conservar as espécies.



Donizeti Nogueira (3º à esq.) e José Pimentel (4º à esq.) coordenam o debate

Essa também é uma das preocupações da presidente da Federação de Pescadores do Piauí, Raimunda de Souza.

— O prejuízo é enorme. Porque não vai ter defeso, o pescador vai estar liberado para pescar e os peixes vão estar ovados. O prejuízo para o meio ambiente é incalculável.

O deputado Padre João (PT-MG) acredita que a demanda dos pescadores artesanais seria mais bem atendida dentro do Ministério de Desenvolvimento Agrário, cujas políticas públicas alcançam os trabalhadores artesanais.

— O fim do ministério já é um retrocesso. Se a pescaria artesanal ficar no Ministério da Agricultura, o prejuízo será maior, porque seriam perdidas as demandas do setor. O mais

certo seria manter apenas a pescaria industrial no Ministério da Agricultura.

O relator, senador Donizeti Nogueira (PT-TO), comprometeu-se a evitar retrocessos no setor pesqueiro. Segundo ele, a criação do Centro da Embrapa de Aquicultura e Pesca, em Tocantins, fortalece a pesquisa no setor:

— Estamos perdendo o caráter de ministério, mas não de importância pública.

Trabalho e Previdência

Na terça-feira, a comissão discutiu com sindicalistas a fusão do Ministério do Trabalho com o da Previdência Social, também prevista na MP.

Para o representante da Nova Central Sindical de Trabalhadores, Lineu Neves

Mazano, a medida é contrária à demanda sindicalista pelo fortalecimento do Ministério do Trabalho. Segundo ele, as competências de ambas as pastas podem ser prejudicadas com a fusão.

Esse ponto da reforma também foi criticado pelo representante da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal, Pedro Armengol de Souza.

O presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Isaú Chacon, considera a fusão inócua para o reequilíbrio orçamentário e disse que ela acaba com avanços históricos.

O presidente da Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, João Braga de Souza, afirmou que a medida não deve ser interpretada como ajuste fiscal. Para ele, a reforma perde o sentido sem definição sobre as regras de provimento de cargos comissionados, que chegam a 23 mil no Executivo federal.

O diretor da Associação dos Servidores da Agência Brasileira de Inteligência, João da Cruz, disse que a mudança não alterou a estrutura da carreira de oficial de inteligência. Com a MP, a área de inteligência do governo, incluindo a Agência

Brasileira de Inteligência (Abin), antes ligada à GSI, irá para a Secretaria de Governo. Cruz alertou para a perda de 40% de pouco mais de mil servidores que compõem o corpo de oficiais de inteligência.

O presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, Carlos Silva, defendeu a unificação das carreiras de auditor da Receita e do Trabalho na “Auditoria Fiscal da União” — tema de emenda proposta por parlamentares ao texto original. Mas o presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, Vilson Antonio, disse que não há “aderência” entre as atividades de auditoria do trabalho e aduaneira.

Para o presidente do Sindicato dos Analistas-Tributários da Receita Federal, Sílvia de Alencar, o interesse pela unificação pode ser atribuído ao “bônus de eficiência” à carreira de auditoria da Receita, em negociação com o Ministério do Planejamento.

O deputado Afonso Florence (PT-BA) acredita que o pleito de unificação das carreiras de auditorias não deve prosperar. — Mexer nas carreiras não é o objeto original da MP.

(Com Agência Câmara)

Senado aprova tipificação do crime de terrorismo

Substitutivo de Aloysio Nunes a projeto de lei da Câmara estabelece pena de até 30 anos de reclusão. Receio de alguns senadores quanto a eventual enquadramento dos movimentos sociais gerou debate

O PLENÁRIO APROVOU ontem, com 38 votos favoráveis e 18 contrários, substitutivo de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) a projeto de lei da Câmara (PLC) que tipifica o crime de terrorismo. A proposta prevê pena de reclusão de 16 a 24 anos em regime fechado. Se o crime resultar em morte, a reclusão será de 24 a 30 anos. O texto voltará à Câmara por ter sido alterada no Senado.

O substitutivo ao PLC 101/2015 tipifica o crime de terrorismo como aquele que atenta contra pessoa, “mediante violência ou grave ameaça, motivado por extremismo político, intolerância religiosa ou preconceito racial, étnico, de gênero ou xenofobo, com objetivo de provocar pânico generalizado”. É considerado terrorismo político o ato que atentar gravemente contra a estabilidade do Estado democrático.

A proposta equipara a ato terrorista causar explosão, incêndio, inundação, desabamento, ou usar gás tóxico, veneno, agente químico, biológico, radiológico ou nuclear em prédio ou local de aglomeração de pessoas.

Também comete ato terrorista, segundo o substitutivo, quem destruir ou se apoderar de aeronave, embarcação ou trem, instalação de sistema de telecomunicações, de geração de energia elétrica, porto, aeroporto, ferrovia, rodovia, casa de saúde, escolas e instalações militares, entre outros.

O projeto ainda classifica

como terrorismo o ato de interromper ou embarçar o funcionamento de serviço telegráfico, telefônico, informático, telemático ou de informação de utilidade pública.

Se o agente tiver ajuda de governo estrangeiro ou organização internacional, a pena aumenta um terço. Se for praticado contra autoridades, como o presidente do Brasil ou chefe de Estado estrangeiro, aumenta de um terço à metade. O crime será inafiançável e insuscetível de graça ou anistia. Em relação ao financiamento, a pena de reclusão proposta é de 12 a 20 anos e multa. Para quem fizer apologia, a pena de reclusão será de 3 a 8 anos. E para quem recrutar pessoas para o ato, de 10 a 16 anos.

Polêmica

No texto original do PLC 101/2015, estariam excluídas do tipo penal do terrorismo as “pessoas em manifestações

políticas, movimentos sociais, sindicais, religiosos, de classe ou de categoria profissional, direcionados por propósitos sociais ou reivindicatórios”.

Aloysio retirou o parágrafo e destacou que, em um Estado democrático de direito, as manifestações têm de ser pacíficas e civilizadas.

Para diversos senadores, a retirada do parágrafo pode atacar os movimentos sociais e a liberdade de expressão. Lindbergh Farias (PT-RJ), Antonio Carlos Valadares (PSB-PE), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Lídice da Mata (PSB-BA), Humberto Costa (PT-PE) e Telmário Mota (PDT-RR) defenderam a volta do parágrafo. Fátima Bezerra (PT-RN) pediu um debate aprofundado sobre o projeto.

Ronaldo Caiado (DEM-GO) elogiou o substitutivo de Aloysio. Ricardo Ferraço (PMDB-ES) explicou que os movimentos sociais já estão protegidos pela Constituição.



Aloysio (3º à dir) discute o texto entre Randolfe, Eunício, Caiado e Lindbergh

Atualizações do Código do Consumidor vão à Câmara

Dois projetos que modernizam e atualizam o Código de Defesa do Consumidor (CDC), de modo a dar mais garantias a quem compra e a quem se endivida, foram aprovados ontem pelo Senado.

O PLS 283/2012 contém normas sobre crédito ao consumidor e sobre a prevenção ao superendividamento. O PLS

281/2012 cria um marco legal para o comércio eletrônico e o comércio à distância. Os dois haviam sido aprovados em primeiro turno no final de setembro e agora seguem para a Câmara dos Deputados.

As propostas derivam das atividades da comissão de juristas que trabalhou por dois anos no ajuste do código a uma

nova realidade econômica.

Com relação ao crédito, o texto aprovado institui uma série de mecanismos de prevenção e tratamento extrajudicial e judicial do endividamento excessivo. No caso das vendas por sites, telefone ou outros meios, a proposta, entre outras mudanças, amplia os direitos de devolução de produtos.

Texto fixa critérios para ensino profissional marítimo

O Plenário aprovou ontem o PLC 120/2015, de autoria do Executivo, que promove alterações na lei reguladora do ensino profissional marítimo (Lei 7.573/1986), responsável pela formação dos oficiais da Marinha Mercante. O texto aprovado estabelece pré-requisitos básicos para ingresso nos cursos de formação de

oficiais e segue para sanção.

A Marinha Mercante é responsável pela supervisão das organizações, profissionais, embarcações, estruturas e recursos dedicados a atividades marítimas, fluviais e lacustres, incluindo comércio, transporte, turismo e esporte.

Segundo o texto aprovado, os candidatos à formação de

oficiais devem ter entre 17 e 23 anos no início do ano do curso e ter ensino médio completo. Eles precisarão passar por testes de aptidão física e psicológica e por uma inspeção de saúde. O texto também transfere ao Comando da Marinha a responsabilidade da manutenção do Sistema de Ensino Profissional Marítimo.

Programa de Proteção ao Emprego segue para sanção

O Senado aprovou a medida provisória que criou o Programa de Proteção ao Emprego (PPE), para evitar demissões em razão da crise.

A MP 680/2015 sofreu alterações no Congresso e segue para sanção na forma de projeto de lei de conversão (PLV 18/2015). O texto permite às empresas em dificuldade financeira reduzirem a remuneração e a jornada de trabalho de seus empregados em até 30% para evitar que sejam demitidos sem justa causa.

Com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), o governo federal pagará até metade da parcela do salário que o trabalhador deixar de receber, limitada a 65% do teto do seguro-desemprego (hoje, esse limite seria R\$ 900,85).

As empresas habilitadas podem participar do programa por até 24 meses (seis meses iniciais com renovações sucessivas). O prazo final de adesão passou de 31 de dezembro de 2015, previsto na MP, para 31 de dezembro de 2016, no PLV. A data de extinção do programa é 31 de dezembro de 2017.

A redução salarial não poderá gerar um salário a ser pago pela empresa inferior ao mínimo, atualmente fixado em R\$ 788. Entre as vantagens apontadas pelo governo para a participação das empresas no programa estão o ajuste do fluxo de produção à demanda e a manutenção de trabalhadores já qualificados com redução de custos de demissão e contratação. Para

os trabalhadores, o programa procura preservar empregos e a maior parte do salário. No caso do governo, há economia com seguro-desemprego e preservação da arrecadação sobre a folha.

Na Câmara, foi incluída no texto a definição de categoria profissional estabelecida na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT, Decreto-lei 5.452/43), para garantir que as chamadas categorias diferenciadas possam participar do acordo coletivo previsto no PPE. Esse acordo de trabalho será exigido entre a empresa e o sindicato da categoria predominante para ser possível a diminuição salarial e de jornada. A redução poderá abranger um setor específico ou todos os empregados da companhia. O acordo precisa ser aprovado em assembleia dos trabalhadores.

O trabalhador com salário e jornada reduzidos manterá o vínculo trabalhista (não poderá ser demitido sem justa causa) por oito meses, em casos de adesão ao programa por seis meses; e por 16 meses, em adesões por 12 meses.

No caso das microempresas, a MP permite a celebração, com o sindicato, de um acordo coletivo múltiplo, envolvendo várias empresas, mas cada uma delas terá de comprovar individualmente os requisitos exigidos para adesão ao PPE.

Na avaliação do relator, Paulo Rocha (PT-PA), a MP atende as necessidades por que passa a economia mundial e o Brasil.

(Com Agência Câmara)

Estrangeiros não precisarão de visto para as Olimpíadas do Rio

O Plenário aprovou também ontem propostas sobre dispensa de visto para estrangeiros que vierem para as Olimpíadas do Rio, indicação de embaixador para o Benin e instituição do Dia Nacional da Amazônia Azul.

Os estrangeiros que visitarem o Brasil durante os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, no Rio de Janeiro, estarão dispensados de visto, segundo o PLC 149/2015.

O projeto estabelece que portaria conjunta dos Ministérios das Relações Exteriores, da Justiça e do Turismo poderá determinar a dispensa unilateral da exigência de visto. Essa dispensa estará condicionada à data da estada na cidade, durante o período dos jogos, mas não será exigida a comprovação de aquisição de ingressos.

A indicação de Ivaldo Villa-faïne Gomes Santos para o cargo de embaixador na República do Benin e, cumulativamente, na República do Níger, ambas as nações localizadas na África Ocidental, foi aprovada por 50 votos favoráveis, 3 votos contrários e 2 abstenções. Villafaïne, atualmente, trabalha na embaixada em Angola.

O Dia Nacional da Amazônia Azul será comemorado anualmente em 16 de novembro. A data foi definida por emenda da Câmara dos Deputados ao PLS 30/2014, de Benedito de Lira (PP-AL). Nesse dia, em 1995, entrou em vigor, na comunidade internacional, a Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar.

As três aprovações seguem para sanção presidencial.